



PSD **p.8**

Jorge Moreira da Silva esteve na tomada de posse da nova CPS de Vagos



Presidente **p.8**

Marco António Costa aborda políticas sociais na Academia de Inverno da JSD de Leiria

POVO LIVRE



nº 1768

6 de fevereiro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Portugal está a fazer as reformas necessárias



O Primeiro-Ministro em visita à Associação das Empresas de Vinho do Porto

PSD **p.9**

Sede nacional recebe estruturas do PSD de Beja

Parlamento **p.12**

“O boicote à reforma do Estado é uma irresponsabilidade democrática”

O Primeiro-Ministro no Parlamento

“Estamos finalmente a dar um horizonte de esperança”

O debate quinzenal do Primeiro-Ministro, no Parlamento, foi – na passada sexta-feira, dia 1 – seguido por um segundo debate, destinado a preparar o Conselho Europeu de 7 e 8 de Fevereiro, em Bruxelas (embora com uma duração mais curta, de cerca de 45 minutos).

Foi a segunda vez que decorreram dois debates seguidos, desde que os debates sobre as questões europeias foram introduzidos na Assembleia da República.

O primeiro debate foi aberto pelo Governo, que tinha indicado como tema, “questões de natureza económica, social e política”.

O próximo Conselho Europeu vai prosseguir as negociações sobre o orçamento comunitário plurianual 2014-2020, depois de os responsáveis políticos europeus não terem conseguido chegar a acordo, durante o Conselho extraordinário, realizado em Novembro do ano passado.

A proposta de orçamento, que tinha estado em debate pelos líderes europeus nessa cimeira, contemplava um corte de 80 mil milhões de euros na proposta da Comissão Europeia, apresentando uma redistribuição que atenua as reduções nas áreas da coesão e da agricultura, consideradas prioritárias por diversos Estados-membros, como é o caso da França, da Espanha ou de Portugal.

Pedro Passos Coelho abriu o primeiro debate, afirmando que: «Nenhum português esquecerá a situação que levou ao pedido de resgate a Portugal, que – no tempo – foi empurrada até ao limite da bancarrota. Hoje, o País recuperou a credibilidade internacional e está capaz de construir uma situação de estabilidade para além do memorando de entendimento».

O Primeiro-Ministro defendeu que Portugal recuperou credibilidade internacional e, embora ainda sejam necessários sacrifícios, está em condições de andar pelo seu próprio pé, se mantiver a disciplina.

O Primeiro-insistiu no tema e afirmou que é de esperar que “dentro de algum tempo” haja “uma facilitação das condições de crédito a toda a economia” portuguesa, “por via das instituições financeiras e da melhoria do seu próprio ‘rating’”.

O primeiro-ministro descreveu essa situação como não apenas “um problema de crise de pagamentos” mas, fazendo uma comparação histórica, «...aconteceu-nos, como na célebre crise do fim do século XIX, quando se registou uma perda de confiança completa dos investidores internacionais em Portugal” e levou a praça de Londres (na altura a maior do Mundo e a nossa fornecedora de empréstimos de capital) a considerar sem valor os “papeis portugueses” .

Passos Coelho repetiu que, nos últimos dois anos, Portugal recuperou a credibilidade internacional e está capaz de “construir uma situação de estabilidade para além do memorando de entendimento”.

“Precisamos de nos manter firmes e determinados para, quando formos testados nos próximos meses, ninguém conseguir demonstrar que vacilámos perante o futuro quando o estamos a pensar para além do controlo da ‘troika’”, apelou.

«... ainda teremos de fazer sacrifícios, mas há uma coisa que hoje o País percebe, mesmo aqueles que não entendem a grande tecnicidade dos problemas: Estamos a preparar o futuro para além da troika»

E, em seguida, «... estamos finalmente a dar um horizonte de esperança aos portugueses que estão desempregados e a dizer ao País que poderemos andar pelo nosso próprio pé, desde que não voltemos os mesmos erros e nos mantenhemos empenhados na disciplina pública e na racionalidade económica privada», acrescentou.

Lembrando que «as grandes empresas já começam a ter acesso ao mercado e o Tesouro português já teve acesso ao mercado, com inegável sucesso, há duas se-



manas», Pedro Passos Coelho referiu que «é de esperar que, dentro de algum tempo, haja uma facilitação das condições de crédito a toda a economia portuguesa por via das instituições financeiras e da melhoria do seu próprio rating».

Afirmando que, este ano, «instituições financeiras como o Banco Espírito Santo e a Caixa Geral de Depósitos conseguiram realizar importantes emissões em mercado e a EDP fez um empréstimo a cinco anos em condições de mercado que já são muito razoáveis», o Primeiro-Ministro sublinhou: «Mostrámos aos nossos parceiros que, em matéria de alteração estrutural, éramos mais ambiciosos, do que eles tinham sido nos objectivos que nos traçaram. A verdade é que em termos estruturais,

temos sido mais ambiciosos. E por isso podemos colher os primeiros frutos desta estratégia e deste caminho».

Apontando como resultado desta estratégia uma redução do défice estrutural primário em seis pontos percentuais do Produto Interno Bruto, num período de dois anos, Pedro Passos Coelho referiu, quanto às contas do ano passado, que «houve uma surpresa fiscal, mas esta quebra de receita foi compensada parcialmente por uma redução da despesa maior do que o estimado, tendo o défice de 2012, sem medidas extraordinárias, ficado nos 6%, isto é, menos cerca de 2,2% do que em 2011».

«Apesar disto, conseguimos, pela primeira vez em Portugal, ter um excedente estrutural primário em 2012 e um défice primário estrutural inferior a 4%, nesse ano. É isto que mede verdadeiramente o reconhecimento que, quer os agentes externos de mercado, quer os nossos parceiros, hoje nos conferem», afirmou o Primeiro-Ministro.

«Precisamos de nos manter firmes e determinados para, quando formos testados nos próximos meses, ninguém conseguir demonstrar que vacilámos perante o futuro quando o estamos a pensar para além do controlo da troika» referiu Pedro Passos Coelho.

Depois de concluído o seu intróito, em que deixou bem claros os três pontos essenciais para a recuperação da credibilidade e da confiança, foi dada a palavra ao líder do PS, para iniciar as suas perguntas.

António José Seguro, líder do PS

O líder do PS questionou a distribuição de 1,8 mil milhões de economias nas rendas excessivas de energias e lembrou que já tinha perguntado o mesmo há alguns meses, mas não tinha obtido resposta

Passos Coelho, lamentando que Seguro se sintasse mal informado, diz que a informação é de amplo conhecimento público, foi assumidamente divulgada por todos os órgãos de comunicação social, por isso não tinha feito



uma resposta específica a Seguro, convencido que este não se manteria ignorante de algo que era do conhecimento público; mas garantiu-lhe que a faria enviar especificamente ao líder socialista.

Pediu a discriminação por empresas e valores dessa poupança e em seguida, contestou a afirmação do PM de que estamos no bom caminho, acusando-o de ter falhado em todos os objectivos e atribuindo ao Banco Central Europeu o regresso aos mercados, dando como exemplo a Espanha

O Primeiro-Ministro respondeu, dizendo que não fala pelas Empresas que contribuíram para a poupança e que não é “chairman” de nenhuma delas, logo só pode saber a totalidade. O Primeiro-Ministro acusa Seguro de querer “confundir os portugueses”, ao misturar países com acesso a mercado e países em programas de ajustamento.

Seguro está também errado ao comparar a nossa situação com a espanhola, e lembrou que a Espanha não está, como nós, sob programa de assistência, logo o seu acesso ao Banco Central não pode compara-se com o nosso, que tem a ver com o cumprimento dos compromissos assumidos.

Passos Coelho, em seguida, leu as informações mais detalhadas sobre as poupanças – já há muito publicadas – e que lhe foram passadas pelo secretariado. Mas, informações essas, que Seguro não poderia ignorar, tal a amplitude da sua difusão.

O líder socialista voltou a dizer que a credibilidade do PM é reduzida e não conhece o impacto real da anunciada poupança de 4.000 milhões de euros.

E disse que Passos têm vindo a anunciar crescimento, que não se vê a cada ano que passa. “Como é que alguém pode acreditar na sua palavra quando se prepara para aplicar um corte de quatro mil milhões de euros?”

O Primeiro-Ministro ironizou: “Pensei que sabia o contexto em que foram e serão aplicadas as medidas, pois o memorando de entendimento que o seu Governo negociou e assinou, previa recessão em 2011 e 2012. Ora, se o senhor nem sequer sabe o que negociou e assinou, como vem exigir ao Governo que fale, de imediato, em crescimento?”, pergunta Passos Coelho, ouvindo aplausos das bancadas que apoiam o Governo e ante o silêncio se António José Seguro.

Partido Comunista – Jerónimo de Sousa

Jerónimo de Sousa tomou a palavra pelo PCP. “Como é que a Grécia, a quem acusam de incumprimento” viu

obrigações resolvidas e o Governo, que se vangloria de ser “um bom aluno” não. “Mérito de quem?”, pergunta retórica, pois logo responde a si mesmo: “Mérito do Banco Central...”

O Primeiro-Ministro diz que “bem entende o que os comunistas querem dizer – é sempre a mesma coisa, o senhor defende a renegociação da dívida, com falta de pagamento aos credores... – ora, os gregos renegaram parte da sua dívida e os juros deles são menores; mas o que o senhor não diz (porque não lhe convém) é que essas taxas são menores apenas nos mercados secundários, mas que a Grécia não tem acesso a esses mercados, porque está intervencionada, depende das “tranches” da troika e vai ter troika a impor-lhe regras por muitos anos...”

“E mais: não se esqueça que este até ao final deste ano, a Grécia vai perder 25% do seu rendimento! Não são os 6,4% que nós perdemos, são 25 %!”

Em seguida, e retomando o argumento já gasto em todos os debates – a chamada “cassete” dos comunistas – afirma que o Governo tem mantido uma campanha segundo a qual “...os sacrifícios são para todos, que há uma equidade nos sacrifícios”

Refere-se aos lucros do BPI, em parte conseguidos na compra de dívida ao Governo, conclui, depois de citar declarações do Presidente do BPI, que acusou de ter exprimido “de forma cruel” o que é o capitalismo, que este Governo, na realidade, está do lado dos ricos e dos poderosos rematando: “Senhor Primeiro-Ministro, cale-se para sempre com este embuste da equidade, pois todos nós sabemos que este Governo, está do lado dos ricos e dos poderosos, contra os mais fracos e os mais pobres”

O Primeiro-Ministro, visivelmente descontente, mas mantendo uma calma e um tom de voz calmo e pausado, disse: “Senhor Deputado, eu tenciono continuar a pronunciar-me livremente em Portugal e – portanto – não é o Senhor Deputado que me manda falar ou me manda calar!”

“O Senhor Deputado tem a noção de que o Partido Comunista criou uma História em que os Portugueses não acreditam: uma História em que o Mundo ideal deve ser vivido sem um sector financeiro! A menos que ele seja do Estado... claro!”

“É a visão do Partido Comunista... Não é a minha visão, nem a visão da imensa maioria dos Portugueses.

“Por isso, quando se trata de garantir estabilidade no sistema financeiro, falamos sempre de coisas muito sérias e sensíveis, porque o sistema financeiros tem as

poupanças de muitos portugueses, e assim a estabilidade e a estabilização do sistema, representa algo de muito importante para todos os portugueses. Não apenas porque as suas poupanças estão lá colocadas, mas também porque o financiamento, seja das famílias, seja das pequenas e micro-empresas, depende do sistema financeiro. Há outros sistemas em que a economia não depende tanto do financiamento bancário; mas nós sabemos que, em Portugal, e regra geral, na Europa, o financiamento à economia vem, quase exclusivamente, do sistema financeiro e em particular, da Banca.

“Portanto, Senhor Deputado, eu não vou estar aqui a defender posições deste ou daquele banqueiro – porque eu não sou banqueiro! – mas limito-me a seguir o que está previsto no memorando de entendimento, e que o Governo cumpriu à risca: defender as condições de estabilidade do sistema financeiro, de modo a permitir a recuperação económica de Portugal, obedecendo a duas preocupações: a primeira, que se trate de encontrar um





nível de desalavancagem necessário – ou seja, que os Bancos não se endividem, eles próprios, não assumindo posições que não possam garantir, eles próprios, externamente e evitando uma política de crédito barato e abundante, que conduz ao endividamento excessivo de todos; e por outro lado garantir que os financiamentos colocados pelos dinheiros públicos, para garantir a recapitalização da Banca, sejam eles próprios utilizados em condições consideradas de lealdade em competição e isso se aplica ao reembolso, pelo Estado, desses activos. O Senhor Deputado não tem, pois, razão!

“Bloco de Esquerda” e “Os Verdes”

Catarina Martins, pelo Bloco repetiu os argumentos sobre a recessão, que o bloco tem vindo a oferecer nos últimos debates e são sobejamente conhecidos

“O primeiro-ministro vem aqui baixar as expectativas” e “será dócil como sempre”, na Europa. “Com a austeridade não é nenhuma saída para a espiral recessiva”, afirma a deputada do BE.

O Bloco de Esquerda diz que não espera nada do Conselho Europeu, devido à falta de capacidade do Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro esclareceu que é uma verdade de La Palice que a austeridade causa sempre recessão e a esta estamos obrigados pelo programa, está calculada e iremos guiar-nos pelo que foi assinado e nada mais, sabendo que não agravaremos a austeridade, esperamos que não exista recessão económica depois de 2013 e crescimento a partir de 2014, com a consequente retoma do emprego, que a todos nós tanto preocupa.

Falou depois Heloísa Apolónia, de “Os Verdes”.

“Portugal andou iludido com os fundos da União Europeia”, acusou a deputada. É preciso pensar nos impactos que o conselho terá na vida real, diz Heloísa Apolónia, que pede ao Primeiro-Ministro que não mostre uma “posição de subserviência na União Europeia”

A Assembleia e o Governo debateram a preparação do próximo Conselho Europeu

Depois das palavras iniciais, e de ter feito a sua intervenção o Secretário-geral do PS, António José Seguro, o Primeiro-Ministro, Passos Coelho, afirmou- em resposta - que a condição imposta pelo PS para participar no debate

sobre a reforma do Estado configura uma “chantagem” que não pode ser levada a sério.

“O senhor deputado tem a vida facilitada. Eu não entendo que haja qualquer necessidade de o PS confundir a reforma do Estado com os quatro mil milhões”, disse Passos Coelho, frisando que esse objectivo do Governo (a poupança de 4.000 milhões de euros nas despesas estruturais do Estado) “não resume a reforma do Estado”.

“Não queira confundir os portugueses, não queira utilizar pretextos para fugir ao debate”, acusou o Primeiro-Ministro.

Pedro Passos Coelho respondia ao secretário-geral do PS, António José Seguro, que tinha afirmado que os socialistas participarão no debate sobre a reforma do Estado, se o Governo retirar do memorando de entendimento com a “troika” a obrigatoriedade do corte permanente de quatro mil milhões de euros na despesa do Estado.

“Seja sério. Não quer ir à Comissão debater a reforma do Estado não vá. Quer utilizar esse pretexto para dizer que as instituições não funcionam, use, como já de resto se percebeu. Mas senhor deputado, que lhe caia a máscara rapidamente”, afirmou o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho defendeu que um debate sobre a reforma do Estado sem a perspectiva de restrições financeiras seria “um debate estéril” porque “ninguém se empenhará num debate sério sobre a reforma do Estado se não tiver também a perspectiva de retirar conclusões operativas em termos financeiros”.

Por isso, acrescentou, se o PS entende que o País não precisa de cortar permanentemente quatro mil milhões de euros - a partir de 2014 - em despesas do Estado “porque já tem o que precisa”, deve assumi-lo.

“Mas não use isso como instrumento para dizer que não está em condições de debater a reforma do Estado. São coisas completamente diferentes”, sustentou Passos Coelho.

Para Passos Coelho, essa posição do PS configura uma “chantagem sobre o Governo” e não pode ser levada a sério.

“Não precisa de fazer uma chantagem sobre o Governo para esse efeito”, disse, acrescentando: “Não queira confundir os portugueses, não queira utilizar pretextos para fugir ao debate”.

Passos Coelho garante que disponibilidade para entendimento não significa “um acordo qualquer”

“Dissemos que não seria aceitável para nós que Portugal fosse demasiado penalizado com a revisão que se estava a efectuar dos fundos estruturais, mormente

aqueles que tem que ver com a coesão e com o segundo pilar da PAC [política agrícola comum]”.

O Governo manter-se-á “vigilante” em defesa do “interesse nacional” e não será por “algum capricho especial” que porá em causa a possibilidade de um acordo relativamente ao quadro financeiro para o período 2014-2020.

“Partimos com a disponibilidade para viabilizar um entendimento a 27 mas não é um acordo qualquer que nos interessa e estaremos portanto vigilantes”.

O Primeiro-Ministro manteve que Portugal recuperou credibilidade internacional e, embora ainda sejam necessários sacrifícios, está em condições de andar pelo seu próprio pé, se mantiver a disciplina.

“Sabemos que ainda teremos de fazer sacrifícios, mas há uma coisa que hoje o País, mesmo aqueles que não entendem a tecnicidade dos problemas, percebe: estamos a preparar o futuro para além da ‘troika’, estamos finalmente a dar um horizonte de esperança aos portugueses que estão desempregados”, afirmou Pedro Passos Coelho., durante o debate quinzenal, no parlamento.

“E estamos finalmente a dizer ao país que poderemos andar pelo nosso próprio pé, desde que naturalmente não voltemos os mesmos erros e nos mantenhemos empenhados na disciplina pública e na racionalidade económica privada”, acrescentou.

Passos Coelho afirmou ainda que o Governo parte para o próximo Conselho Europeu com a disponibilidade para viabilizar um acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período 2014-2020 e considerou que “há razões para acreditar” que será alcançado um acordo sobre o orçamento europeu nessa reunião, pelos contactos que tem mantido com outros chefes de Governo e de Estado da União Europeia.

“Eu partirei para Bruxelas com essa disponibilidade para viabilizar um acordo em termos europeus”, afirmou.

“Isso interessa-nos, na medida em que dá previsibilidade para podermos prever e planear a gestão dos fundos nos próximos sete anos, mesmo sabendo que, no cômputo global, nós não deveremos ter, em termos europeus e, portanto, também em termos nacionais, mais financiamento do que tivemos nos últimos sete anos”, argumentou.

O Primeiro-Ministro acrescentou que o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2014-2020 “é um dos instrumentos essenciais ao crescimento económico em Portugal nos próximos sete anos” e prometeu que Portugal será “muito exigente” na sua discussão.

O primeiro-ministro referiu que “não existe, nesta matéria, nenhuma nova proposta que tenha sido formalizada pelo presidente do Conselho Europeu” para ser analisada pelos governos dos Estados-membros e partilhada com os respectivos parlamentos nacionais.

Quanto ao que resultou da última reunião do Conselho Europeu sobre o orçamento para 2014-2020, realizada em Novembro, Passos Coelho disse que houve uma “evolução” face à proposta inicial do presidente do Conselho, com “um reforço de verbas concentradas na Política de Coesão e na Política Agrícola Comum”.

Isso permitiu “criar uma plataforma consensual mais alargada do que aquela que existia anteriormente”, relatou.

Segundo o Primeiro-Ministro, a posição relativa de Portugal obteve “um tratamento mais consentâneo” do que estava previsto na proposta inicial do presidente do Conselho, aproximando-se “em alguns casos, da proposta inicialmente formulada pela Comissão Europeia”, que no entender do Governo português era “uma boa base de discussão”.

“Foi nessa altura referido, e eu reitero aqui hoje, que a nossa insatisfação ficou sobretudo assinada em torno da perspectiva que estava apresentada quanto ao segundo pilar da Política Agrícola Comum, em que havia uma indicação de que pudessem ser reduzidas para Portugal as verbas, reportando cerca de 26% de verbas a menos neste sector”, assinalou.

“Sinalizamos devidamente que não nos poderia merecer acolhimento, um tratamento desta natureza. Este foi o aspecto mais saliente, mas há outros que nos preocupam”, disse Passos Coelho, mencionando as condições de pré-financiamento e de co-financiamento a Portugal como “importantes para o nosso País.” - Fonte: Lusa

Portugal está a fazer as reformas necessárias

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou na quarta-feira passada em Gaia, onde se deslocou a convite da nova direcção da Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP), que nessa ocasião tomou posse, que os portugueses “precisam de ter alguma paciência e persistência para que os resultados dos esforços feitos até agora possam ser “potenciados no futuro”.

O Primeiro-ministro referiu que, no plano externo, há a percepção de que Portugal está a esforçar-se, a cumprir os compromissos e a aplicar as reformas necessárias: “Portugal está determinadíssimo em ultrapassar esta situação”. Lamentou ainda que no plano interno não exista o mesmo optimismo em torno dos sacrifícios exigidos, especialmente por causa do elevado nível de desemprego.

Mas o Primeiro-Ministro utilizou as previsões nacionais e de institutos estrangeiros (para o próximo ano) para justificar o que diz: “O que posso dizer e reafirmar é que todas as previsões apontam no sentido de que, em 2014, a economia portuguesa recupere em termos de crescimento e que, por essa razão, ao longo de 2013 se espere uma inversão desta tendência recessiva”, afirmou.

Mas nem com boas perspectivas, o Primeiro-Ministro esqueceu as dificuldades que as empresas têm enfrentado. “Não podemos evitar que muitas empresas vão falir, mas temos de aproveitar estas condições mais exigentes para fazer vingar um bom produto”. Acrescentou ainda que: “os empresários portugueses têm de abandonar um tipo de mentalidade não é a minha, e felizmente é a de quase todos os que obtêm bons resultados – não actuam de forma isolada, aliam-se, associam-se e produzem as sinergias que os fazem triunfar.

Na mesma ocasião, o Primeiro-Ministro referiu que “a confiança é uma coisa que demora a construir como uma palmeira, mas que se pode destruir nos momentos em que, por qualquer razão, tombam os cocos”, alertando que, por vezes, “a confiança destrói-se e os sacrifícios são deitados fora”. Sublinhou que “algumas empresas estão sub-utilizadas e dependentes excessivamente de financiamentos.”

Segundo o Primeiro-Ministro, só perante uma “perspectiva de cepticismo, em que as previsões se fossem adensando negativamente e se esperasse uma recessão tanto ou mais grave do que no ano anterior”, haveria necessidade de “parar para rever a estratégia económica”.

“Mas não é isso que acontece”, sustentou.

Sublinhando que “...algumas previsões são mais pessimistas, outras mais optimistas, todas mostram que Portugal deverá ter, em 2013, um resultado em termos de contracção do PIB [Produto Interno Bruto] menor do que no ano passado e que haverá crescimento em 2014”, Passos Coelho afirmou que “o Governo tem estado a fazer, como lhe compete, tudo o que pode para maximizar essas expectativas”.

Neste contexto, e depois de o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, ter afirmado em Frankfurt ser “apropriado falar em sair do programa e reganhar acesso ao mercado” de financiamento, Passos Coelho reiterou estar já a ser preparado “esse caminho”.

“Quando colocámos na agenda pública o debate sobre a reforma das políticas públicas e a reforma do Estado temos, justamente, em mente uma fase nova do país, que é a fase pós ‘troika’. Sabemos que encerraremos formalmente esse dossiê por Junho de 2014, mas é nesta altura, a um ano de distância, que preparamos esse caminho, não é em cima do joelho, em 2014”, afirmou.

O regresso de Portugal aos mercados, na semana passada, foi também apontado pelo Primeiro-Ministro, como parte da preparação para uma “transição tranquila e duradoura”.

“Naquilo que representa financiamento do Estado, que são as transferências oficiais feitas pelo FMI e pelos nossos parceiros europeus, não temos problemas de financiamento em 2013, temos as necessidades de financiamento cobertas. Não temos pressa, desse ponto de vista, de ir ao mercado financiar o Tesouro, o que nós temos é de aproveitar as boas oportunidades para que, indo a mercado, possamos preparar uma transição que



seja tranquila e duradoura de acesso pleno aos mercados de financiamento”.

Declarações sobre renovação governamental

Mas foi em Vila Nova de Gaia, à margem das posse da Direcção, mas respondendo a insistentes perguntas, que o Primeiro-Ministro, falou da renovação governamental, afirmando “muito provável que passe a haver algumas pequenas alterações ou ajustamentos nas equipas ministeriais”, além da já pública (nesse dia) saída do secretário de Estado, Paulo Júlio.

“Vai ser necessário, como é do domínio público, substituir o senhor secretário de Estado Paulo Júlio e é muito provável que possa haver também algumas pequenas alterações ou ajustamentos nas equipas ministeriais que os senhores ministros entendam como oportuno”, afirmou Passos Coelho.

Como já se sabia, Paulo Júlio apresentou a demissão, depois de ter sido notificado pelo DIAP de Coimbra, de um despacho de acusação pela alegada prática, em 2008, enquanto presidente da Câmara de Penela, de um crime de “prevaricação de titular de cargo político”.

Segundo o primeiro-ministro, a renovação “será bastante breve” pelo que “não terá dignidade para ocupar grande destaque político no debate interno”.

“Ajustamentos nas equipas ministeriais são coisas normais e correntes, não têm dignidade de um primeiro plano político, é uma matéria que ficará encerrada muito rapidamente e sobre a qual informarei o senhor Presidente da República”.

Reiterando que será um processo rápido, e que não tem significado político particular, o primeiro-ministro escusou-se a fazer “especulações sobre remodelações do Governo ou de ministros”.

Questionado sobre se admite vir a fazer uma remodelação mais alargada do Governo antes das eleições autárquicas, Passos Coelho disse não fazer “especulações sobre remodelações do Governo ou de ministros”.

De acordo com a imprensa, o primeiro-ministro vai aproveitar a saída de Paulo Júlio, secretário de Estado do Poder Local, para substituir também os secretários de Estado das Florestas, Daniel Campelo, o secretário de Estado da Economia, Almeida Henriques, o secretário de Estado do Emprego, Pedro Silva Martins, e do secretário de Estado da Inovação, Carlos Oliveira.

O primeiro-ministro propôs na quinta-feira, ao Presidente da República a substituição de seis secretários de Estado e a criação de uma nova secretaria de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-alimentar, disse à Lusa fonte governamental.

No dia seguinte, Pedro Passos Coelho propôs a saída, a pedido destes, dos secretários de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, Paulo Simões Júlio, do Emprego, Pedro Miguel Silva Martins, do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Carlos Nuno Oliveira, do Turismo, Cecília Meireles, das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Daniel Campelo, e do Ambiente e do Ordenamento do Território, Pedro Afonso de Paulo.

O Primeiro-Ministro propôs a nomeação para secretaria de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa de Ana Rita Gomes Barosa, para Secretário de Estado do Emprego de António Pedro Roque da Visitação Oliveira, para secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação de Franquelim Frenando Garcia Alves, para secretário de Estado do Turismo de Adolfo Mesquita Nunes, para secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural de Francisco Lopes Gomes da Silva e para secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território de Paulo Guilherme da Silva Lemos.

Para a nova secretaria de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-alimentar, Pedro Passos Coelho propôs a nomeação de Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito. - Fonte: Lusa



A posse dos novos Secretários de Estado



A posse dos novos Secretários de Estado, conforme as primeiras declarações sobre o assunto, feitas pelo Primeiro-Ministro em Vila Nova de Gaia, por ocasião da entrada em funções da nova Direcção das Empresas do Vinho do Porto, foi dada pelo Presidente da República, decorreu numa cerimónia simples, no dia 1 de Fevereiro, quinta-feira, pelas 17 horas, tendo o Chefe do Estado previamente aceiteado as alterações no elenco governativo que lhe foram propostas pelo Primeiro-Ministro. Tudo se processou de acordo com a nota publicada no 'site' da Presidência da República, no final de uma reunião entre Cavaco Silva e Passos Coelho, na manhã da quinta-feira anterior.

O primeiro-ministro propôs a nomeação de Ana Rita Gomes Barrosa para secretária de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, de Pedro Roque para secretário de Estado do Emprego, de Franquelim Fernando Garcia Alves para secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, de Adolfo Mesquita Nunes para secretário de Estado do Turismo, de Francisco Lopes Gomes da Silva para secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e de Paulo Guilherme da Silva Lemos para secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Para a nova secretaria de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-alimentar, Pedro Passos Coelho propôs a nomeação de Alexandre Nuno

Um Secretário de Estado que vem do sindicalismo

O novo secretário de Estado do Emprego, Pedro Roque, defendeu hoje, em declarações à agência Lusa, que a aposta estratégica na área deverá passar pela concertação social e pelo diálogo tripartido.

"Algo que é fundamental em termos de emprego é a questão da concertação social e a do compromisso tripartido, que foi assinado em Janeiro de 2012, porque o compromisso tripartido não são só alterações à legislação laboral, mas é um compromisso para o crescimento e emprego", afirmou Pedro Roque, que tomará posse hoje à tarde.

Pedro Roque que era, até agora, o Secretário-Geral dos Trabalhadores Social Democratas (TSD) considera Concertação e Compromisso, "duas questões indissociáveis".

"O compromisso é importante para lançar as bases do crescimento económico e o crescimento económico é determinante para a criação de emprego e a inversão deste ciclo recessivo, que tem tido e tem consequências num futuro próximo, em termos daquilo que é a taxa de desemprego. Creio que essa deverá ser a aposta estratégica minha e do Governo nesta matéria", disse.

Pedro Roque acredita que a "experiência ao nível sindical e da concertação social, no diálogo tripartido entre Governo, empregadores e sindicatos", "é importante", já que este "é o palco" que considera "privilegiado para a concertação e para conciliar interesses".

Interesses esses "que muitas vezes, à partida, parecem antagónicos e divergentes, mas que na prática é possível chegar a entendimento, é possível chegar a acordos com vantagem para a economia e para o emprego", referiu.

Pedro Roque diz que vai passar no início pelo "período natural de adaptação" para se inteirar de todos os assuntos referentes à pasta que hoje assume.

"Todos os secretários de Estado fazem a sua actuação política em termos daquilo que é uma delegação de competências dos respectivos ministros, isso terá que ser redefinido a partir do momento em que eu e os outros secretários de Estado entrarmos em funções", afirmou.

Pedro Roque, que desempenhava as funções de líder dos TSD e foi secretário-geral adjunto da UGT, foi – nessa organização sindical – responsável pelos pelouros da saúde, educação e segurança social, entre 2009 e 2011, vem substituir Pedro Martins.

Como deputado do grupo parlamentar do PSD na actual legislatura, era membro efectivo da Comissão de Segurança Social e Trabalho e suplente nas comissões parla-



Jorge Moreira da Silva esteve na tomada de posse da nova CPS de Vagos

Foi perante uma sala cheia que se realizou na passada sexta-feira, a tomada de posse dos novos órgãos da CPS do PSD de Vagos, no Distrito de Aveiro.

Ulisses Pereira, presidente da distrital de Aveiro, destacou a importância da união de todos, na construção de soluções para o futuro e afirmou que «É nos momentos difíceis que mais nos unimos, é nos momentos difíceis que mais somos capazes de estar juntos. Penso que isso acontece no distrito de Aveiro, penso que isso foi visível naquilo que foi a constituição da distrital e penso que isso também será visível em todas as secções e muito em particular também aqui em Vagos.»

O Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Luis Montenegro, por seu turno, elogiou o caminho escolhido pelo actual executivo e afirmou que «... seguimos um caminho difícil, mas um caminho que vale a pena porque é o único caminho da salvação e da recuperação! Há-de vir ao de cima, que nós estamos verdadeiramente a fazer aquilo que o País tinha de fazer; e que está a valer a pena este caminho - difícil, penoso muitas vezes, doloroso muitas vezes - que decidimos emprender.»

O presidente do grupo parlamentar do PSD acusou uma vez mais, como o tem feito no Parlamento, o maior partido da oposição (PS) de não apresentar soluções para Portugal: «...um Partido que simultaneamente defende que não devemos aumentar impostos, não devemos ter mais impostos, mas que também não devemos cortar na despesa, é um Partido que não tem soluções para termos equilíbrio orçamental. Um Partido que pensa que, por magia, por um clique, se começa crescer e se cria emprego que não é gerado de nenhuma outra maneira, que não seja eventualmente através do incremento do investimento público, é um partido que desconhece a nossa capacidade de nos financiarmos.»

Dulcínio Sereno, presidente da CPS de Vagos, afirmou que a prioridade neste momento «...é trabalhar para ganhar as eleições autárquicas, com um projecto credível e um programa eleitoral ajustado aos tempos que correm. /.../ a nossa prioridade é ganhar as próximas eleições autárquicas em Outubro. Temos consciência das dificuldades do nosso caminho. É fácil? Não, não é. Mas sei que sabemos ouvir melhor, sei que sabemos pensar diferente, sei que sabemos construir bem. Sei que somos inspiradores de confiança, sei que somos Povo. Sei que iremos unir, sei que iremos ganhar.»

Jorge Moreira da Silva traça objectivos e não esconde dificuldades

Jorge Moreira da Silva, 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, esteve presente nesta iniciativa, e lembrou os resultados alcançados por Portugal, resultados que «... não nos permitem nenhum tipo de euforia mas que nos encorajam a prosseguir e acreditar na viragem da nossa situação económica e financeira»

“Agora é necessário não abrandar, estes resultados são resultados positivos mas não permitem nenhum tipo de euforia que nos leve a deitar pela janela todos os resultados que foram alcançados. Temos que passar a uma segunda fase, uma segunda fase de ajustamento da consolidação orçamental mais estrutural, uma fase de aposta no crescimento e no emprego.”

O Vice-Presidente do PSD lembrou como é importante para Portugal que o partido socialista seja responsável e participe no debate da redução da despesa pública e da reforma de Estado.

“A redução da despesa pública, não tem o horizonte de uma legislatura. É uma redução estrutural. Estes 4 mil milhões de euros de que temos falado, não são cortes conjunturais, não é uma venda do património que se faz uma vez, não são aquelas medidas de última hora para resolver um problema pontual de défice orçamental.



Estes 4 mil milhões de euros que pretendemos cortar é a redução da despesa permanente que resulta de novas opções. E é por isso que o Partido Socialista é tão

importante neste processo», afirmou, já a terminar a sua alocução, e antes de a todos cumprimentar e exortar a esforços continuados. Fonte: Audiovisuais do PSD

Marco António Costa aborda políticas sociais na Academia de Inverno da JSD de Leiria



No âmbito da Academia de Inverno, uma organização da JSD/Regional de Leiria, o vice-presidente e secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa, proferiu uma intervenção sobre as “Políticas Sociais para o século XXI”, dirigindo-se a uma centena de jovens quadros da JSD.

Esta iniciativa insere-se numa aposta na formação e preparação de novos quadros do distrito de Leiria, dotando-os de conhecimentos e competências úteis para a sua participação cívica e política, de forma informada e competente.

Sede nacional recebe estruturas do PSD de Beja



No passado dia 23 de Janeiro, estiveram reunidos, na sede nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados pelo círculo de Beja, Presidente da Distrital e das Concelhias, e Autarcas, com o Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa e o 1.º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva.



Conselho de Ministros de 31 de Janeiro de 2013



1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

A alteração agora proposta visa permitir ao Estado o exercício temporário de domínio sobre uma instituição de crédito que seja objecto de uma operação de capitalização com recurso a capital público.

Assim, quando o Estado subscreva ou adquira uma participação no capital social de uma instituição de crédito que lhe atribua uma posição de domínio, o Estado poderá, em obediência a um princípio de controlo do investimento de fundos públicos, exercer os direitos de voto inerentes à sua participação.

Esta alteração decorre dos compromissos assumidos pelo Estado português nos Memorandos, e não só respeita as regras e orientações da União Europeia em matéria de auxílios de Estado, como constitui um forte incentivo para fomentar o empenhamento dos particulares no desinvestimento público, o que se afigura relevante face à natureza subsidiária destas operações de capitalização de instituições de crédito.

É, assim, introduzido um mecanismo de capitalização obrigatória quando o Banco de Portugal, como medida de último recurso e com o intuito de assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional, propuser a realização de uma operação de capitalização com recurso a fundos públicos.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas inteligentes de transportes, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte, transpondo uma directiva comunitária.

Esta proposta de lei visa dar seguimento ao objectivo definido na directiva em causa, assegurando a implementação coordenada e coerente de sistemas inteligentes de transportes (ITS) interoperáveis na União Europeia, garantindo que os sistemas a implementar em território nacional se articulem com o Plano Europeu de Acção ITS e com as medidas e especificações a adoptar pela Comissão.

3. O Conselho de Ministros aprovou a primeira alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, revendo os procedimentos de realização da prova de língua portuguesa.

Os procedimentos inerentes à prova do conhecimento da língua portuguesa, são modificados de modo a garantir maior rigor e transparência na sua verificação, tendo em conta as tendências recentes da alteração dos movimentos migratórios e atenta a experiência adquirida durante os últimos anos.

4. O Conselho de Ministros alterou a legislação relativa ao sistema de identificação e rastreabilidade dos explosivos para uso civil, transpondo uma nova directiva comunitária sobre esta matéria.

Com esta alteração, a indústria dos explosivos disporá de tempo suplementar para desenvolver, ensaiar e validar os sistemas electrónicos indispensáveis à aplicação da referida directiva comunitária, aumentando a respectiva segurança.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece o regime das normas técnicas aplicáveis à protecção integrada, à produção integrada e ao modo de produção biológico, conformando diversa legislação já existente, procedendo à respectiva adaptação às directivas das qualificações e dos serviços no mercado interno.

É consagrado um regime de reconhecimento de técnicos em protecção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, no âmbito da produção agrícola primária, qualificando assim as actividades destes técnicos como profissões regulamentadas, estabelecendo o regime de acesso e exercício da actividade das respectivas entidades formadoras.

Estas disposições favorecem a protecção do ambiente e do consumidor, contribuindo ainda para a promoção da qualificação de produtos agrícolas e pecuários que sustentam a criação de valor económico e o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

6. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que transpõe para a ordem jurídica interna 12 directivas comunitárias, relativas à colocação no mercado dos produtos biocidas.

Esta decisão tem em vista propiciar uma utilização segura para a saúde humana e animal, e para o ambiente, dos produtos biocidas necessários para o controlo dos organismos nocivos para o homem ou para a saúde animal e dos que provocam danos nos produtos naturais ou transformados.

7. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação de um vogal executivo (director clínico) para o conselho de administração do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, preenchendo um cargo que se encontrava vago.- Gab. Inf. PM

A “chicana” como arma de arremesso

A nomeação de Franquelim Alves está a ser usada pelos “suspeitos do costume” para tentar embaraçar o Governo e a coligação

Franquelim Alves (Franquelim Garcia Alves) nasceu em 16 de Novembro de 1954, é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia (actual ISEG) e MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa. Realizou subsequentemente o Advanced Management Program (programa de Gestão Superior) da Wharton School da Pensilvânia (Filladélfia). Tem duas filhas de 28 e 24 anos.

Iniciou a sua carreira, em 1970, como auditor e consultor da empresa internacional Ernst & Young, onde atingiu a categoria de Partner in Charge (Membro do Conselho de Administração) na área de Consultoria de Gestão, desenvolvendo a sua actividade em vários grupos económicos de primeira dimensão nos sectores químico, farmacêutico, cimenteiro, pasta de papel e papel, incluindo projectos de reestruturação financeira e de gestão em empresas portuguesas e angolanas (navegação, aviação, cimentos e petróleos).

Subsequentemente foi Director de Corporate Finance (Assuntos financeiros de Grandes Empresas) no Grupo Banco Português do Atlântico (Conselho, SA) e Director de Research e Corporate Finance (Director de Investigação e Finanças na área das Grandes Empresas) da Sociedade de Corretagem Financeira Socifa & Beta.

Foi, entre 1992 e 1996 e 2000 e 2003, Administrador Financeiro do Grupo Lusomundo e CEO dos negócios online (Internet) do Grupo, tendo sido responsável pelas principais operações de colocação de acções em bolsa e de refinanciamento das operações do Grupo, quer no sector de audiovisuais quer na área de media (Jornal de Notícias, Diário de Notícias e TSF, entre outros). Realizou várias exposições com acções de promoção e atracção de investimentos, nas praças financeiras de Nova Iorque, Londres, Edimburgo e Europa Continental e era responsável pelas relações com investidores.

Entre 1996 e 2000, foi Director Financeiro da holding de topo do Grupo Jerónimo Martins, com a responsabilidade da gestão financeira e de tesouraria de todo o grupo, controlo de investimentos e planeamento financeiro, incluindo as operações de financiamento da expansão internacional para o Brasil e Polónia. Foi responsável pelas relações com investidores e dirigiu e participou em várias operações de refinanciamento e recapitalização do Grupo.

Da sua passagem pelo Grupo, disse Alexandre Soares dos Santos, em entrevista à Renascença, que “...é um homem com qualidades para desempenhar um bom lugar de secretário de Estado dentro da pasta da Economia”, acrescentando que “a única coisa que posso dizer é que o Dr. Franquelim Alves, como director financeiro da Jerónimo Martins, há dez ou 12 anos, foi competentíssimo, seríssimo e tínhamos dele a melhor das impressões, e tivemos mesmo muita pena quando ele saiu da Jerónimo Martins.”

Em 2003, desempenhou o cargo de Presidente da Simab, SGPS, SA, “holding” do Estado para a área dos mercados abastecedores.

Foi subsequentemente, ainda no mesmo ano e até Julho de 2004, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia do XV Governo Constitucional, com a tutela das áreas da Energia, Telecomunicações, Inovação e qualidade. Participou em vários Conselhos de Ministros Europeus da Competitividade, em reuniões internacionais da OCDE e participou em diversas visitas de Estado incluindo à China e à Turquia.



Entre 2004 e 2006, desempenhou o cargo de Presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público, organismo responsável pela gestão da dívida pública portuguesa. Foi responsável pela primeira colocação de dívida pública portuguesa a 15 anos e preparou as condições para a colocação de dívida pública a 30 anos. Participou em diversas reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI e em “road shows” (Acções de promoção, com reuniões, conferências e exibição de filmes) internacionais de colocação da dívida pública portuguesa.

Em 2006 e 2007 foi CEO (Director-Geral executivo) da Cinveste SGPS, SA, “family office” (Central de gestão) da família Luís Silva (anteriormente accionista maioritário do Grupo Lusomundo), onde geriu uma carteira de investimentos de cerca de mil milhões de dólares, orientada para o investimento em acções “Blue Chip” (Acções de máxima valia e menor risco), cotadas em bolsas internacionais nos sectores das telecomunicações, banca e seguros, infra-estruturas, energia e equipamentos industriais.

Entre Janeiro e Outubro de 2008, foi, a convite dos seus accionistas, administrador para a área não financeira da SLN com o objectivo de efectuar a reestruturação dos negócios não financeiros, nomeadamente saúde, hotelaria e retalho automóvel.

Foi ainda, entre 2006 e 2009, administrador não executivo e membro da Comissão de Governo da Portugal Telecom, SGPS e, em 2003 administrador não executivo da PT Multimédia SGPS (actual Zon).

Foi membro da Comissão de Acompanhamento do Livro Branco das Empresas Municipais.

Foi até 2012, administrador da GI10, SGPS, SA e GI Capital Solutions, SA, empresas especializadas na reestruturação de activos financeiros e na gestão de “distressed assets”, (activos de risco) desenvolvendo ainda várias actividades de consultoria e assessoria financeira e estratégica.

Foi, até 2012, assistente convidado da Universidade Católica Portuguesa no Mestrado de Gestão e Direito,

membro do Conselho Consultivo do MBA do ISEG, membro do Conselho Fiscal da Sociedade de Titularização de Créditos Sagres e membro do Conselho de Disciplina Profissional da Ordem dos Economistas.

Desde Fevereiro e até ao presente, desempenha as funções de Gestor do Compete - Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC), entidade do QREN responsável pela gestão do programa de incentivos e apoios, associados ao fortalecimento da competitividade da economia portuguesa.

*

Quando Franquelim Alves foi administrador da área não-financeira da SLN (nunca do BPN, como certa informação tenta, insistentemente, tornar credível ao público...) a ‘holding’ cujo sector financeiro era a accionista de referência do BPN, já o Banco de Portugal (em 2007) tinha imposto à SLN a separação das áreas financeiras e não-financeiras da sociedade, sendo esta constituída pelas empresas SLN Investimentos, Plêiade e Partinvest. Franquelim Alves, após 10 meses desse exercício, abandonou a SLN, tendo mostrado o seu desacordo pela acção da participada BPN no Banco Insular de Cabo Verde

As acções do Banco, em averiguação policial, foram - em 2009 - objecto de uma série exaustiva de averiguações de uma Comissão Parlamentar, que entre muitos elementos que poderiam ser uteis na compreensão dos acontecimentos, chamou Franquelim Alves, que esteve presente numa longa audição sobre as actividades do BPN, e comprovou que tinha apontado, em Conselho de Administração da SLN (embora fosse apenas membro da área não-financeira da administração, sem qualquer intervenção directa na gestão do BPN) irregularidades de que tinha tomado conhecimento, relativas ao banco Insular de Cabo Verde, e suas imparidades graves com o BPN.

Durante quase 4 horas, respondeu tranquilamente a todas as perguntas que foram formuladas, incluindo o escrutínio “extra-fino” do actual dirigente do Bloco de Esquerda, João Semedo e as pormenorizadas e informadas questões do comunista Honório Novo.

É interessante, que os dois mais hostis membros da Comissão Parlamentar - que justificadamente esmiuçaram, tanto quanto puderam, as várias personalidades que passaram pela Comissão - na altura, manifestaram apreço e agradecimento pela lúcida e honesta intervenção de Franquelim Alves. É sabido como a memória colectiva dos Portugueses é curta, mas foi há muito pouco tempo e não estão ainda esquecidas as sessões duríssimas da Comissão, em que se destacaram, pela minuciosidade e capacidade de escrutínio, o CDS, o PCP e o Bloco. E é o mesmo deputado Semedo e o mesmo PCP, que parecem ter visto uma luz, como Saúl na estrada de Damasco, que estão de todas as formas, a tentar atacar o Governo, por se ter atrevido a trazer para uma secretaria de Estado, um homem que há bem pouco recebeu deles elogios e agradecimentos, aparentemente sinceros!

E apregoam que irão “até aos maiores extremos” (Semedo) para combater a nomeação! Onde pode chegar a “chicana”, o “vale tudo” e a ausência de coerência e honestidade política de alguns políticos...

- Redacção do “Povo Livre”

Luís Montenegro

“O boicote à reforma do Estado é uma irresponsabilidade democrática”

No início do debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, sobre questões de natureza económica, social e política, dia 1, Luís Montenegro declarou que Portugal está a cumprir os seus principais objectivos orçamentais e cumpriu o seu compromisso em matéria de défice. “Seis avaliações positivas que reconhecem essa capacidade de Portugal, a baixa consistente das taxas de juro, o regresso ao mercado e mesmo o prolongamento das maturidades dos empréstimos europeus. Isto são resultados reais que se vão repercutir na vida do nosso País. E são contributos essenciais para restabelecermos a confiança e a credibilidade no nosso País”, ressaltou o líder parlamentar.

O empenho dos portugueses foi outra nota da intervenção do líder parlamentar do PSD. “O espírito de sacrifício e o esforço dos portugueses, das famílias e das empresas têm sido notáveis. Estabilizar financeiro o País, recuperar a soberania plena, reduzir a despesa pública, reformar os principais sistemas públicos e a economia é difícil e tem sido doloroso. Mas há uma certeza: está e vai valer a pena cumprirmos todo este programa. Não posso deixar de dizer que estes resultados devem ser creditados, em primeiro lugar, à capacidade de resistência e persistência do povo português, à força colectiva que temos demonstrado”.

No que respeita ao futuro, o deputado reconheceu que este passa por nos vermos livres da ‘troika’ “o mais depressa possível” e por construir um País que tem de construir, de forma sólida, um novo ciclo de crescimento. Mas para isso, refere, é necessário ter finanças públicas equilibradas, o endividamento sustentável, uma economia competitiva, recursos humanos qualificados e um Estado eficiente. Contudo, acrescenta, actualmente todos entendem que o Estado funciona mal: uns porque entendem que ele absorve demasiados recursos, outros porque acreditam que os serviços que presta aos cidadãos não tem a devida qualidade, outros porque entendem que o Estado intervém a mais na economia e nos negócios e outros que entendem que interfere a menos. Face a este cenário e lançado o debate sobre a reforma do Estado, Luís Montenegro esperava que cada um defendesse as suas convicções e tivessem a coragem



de não “silenciarem taticamente as suas propostas”. “O boicote da oposição à discussão sobre o futuro do País sem a ‘troika’, do futuro que evite que novas troikas tenham de vir a Portugal é não só uma irresponsabilidade como uma imoralidade democrática”.

Para Luís Montenegro, esse boicote, principalmente por parte do PS, não se deve à falta de ideias, mas porque “não tem coragem, e com mais ou menos laboratórios, lá vamos sabendo que alguns defendem a extensão da ADSE, outros a alteração dos modelos das taxas moderadoras, que há vários deputados do PS que sustentam

o fim imediato das portagens nas ex-SCUT (independentemente de serem os mesmos que as introduziram)”. “Perante um desafio de discutirmos estrategicamente o nosso futuro, as convicções da oposição sucumbem perante o maior tacticismo e oportunismo. Não queremos entrar nas questões internas dos partidos, mas a grande verdade é que seja com António José Seguro seja com António Costa parece que o tacticismo é mesmo. E quem quer ser Governo e faz falta de comparência ao debate sobre a reforma do Estado jamais merecerá governar”, disse.

Miguel Santos

“Este PS não é para levar a sério”

Para o vice-presidente da bancada do PSD, Miguel Santos, “está de volta o anterior PS. É um regresso ao passado recente. O novo-riquismo esbanjador e irresponsável que caracterizou a sua governação e nos conduziu à situação de empobrecimento e bancarota. Agora já prometem o melhor dos mundos, outra vez”. Na Interpelação ao Governo sobre políticas sociais, dia 30 de Janeiro, o deputado reiterou que em matéria de saúde, os socialistas apresentam-se sem estratégia, “criando ideias desgarradas que apenas pretendem ser populares”. O vice-presidente do grupo parlamentar recordou os vários episódios que envolvem o PS, com Álvaro Beza a defender a extinção da ADSE e vários membros do PS a contrariarem esta ideia. Contudo, recordou Miguel Santos, José Lello foi peremptório e revelador do que verdadeiramente preocupa o PS: a maioria dos funcionários públicos são eleitores do PS e por isso não se pode acabar com a ADSE. Assim, conclui o social-democrata, “este PS não é para levar a sério”.

Miguel Santos questionou, ainda, o ministro da Saúde, relativamente à posição do Governo sobre a ADSE e as taxas moderadoras, cujo aumento foi consagrado pelo PS no “Memorando de Entendimento” (MoU).



Rede social deve zelar por uma distribuição equilibrada das respostas no território

No seguimento de um ciclo de contactos que a candidatura “Juntos Por Braga” tem promovido com vários agentes sociais do concelho, Ricardo Rio visitou, dia 1, o Centro Social de Cunha, iniciativa na qual foi acompanhado por Albano Sousa, presidente da direcção da Instituição e pelo Pároco da Freguesia Manuel Joaquim Costa. Esta foi uma ocasião para o líder “Juntos Por Braga” conhecer mais aprofundadamente a realidade desta IPSS, as dificuldades com que se depara e as principais carências sociais desta região do concelho.

Durante a visita, Ricardo Rio não quis deixar de congratular Albano Sousa e as sucessivas Direcções por terem ousado tomar a iniciativa de avançar com este projecto e com este equipamento, realçando a importância do trabalho que a Instituição tem vindo a desenvolver, e lembrando que o apoio às Instituições que actuam na área social sempre foi encarado como uma prioridade pelo “Juntos Por Braga”. Para Ricardo Rio, o facto de estarmos a atravessar uma grave crise “acentua ainda mais” essa necessidade.

“O Centro Social de Cunha - tal como todas as outras IPSS que desenvolvem uma actividade social extremamente meritória e digna de todos os elogios - deve merecer toda a colaboração das Instituições públicas, sejam estas representativas do Estado Central ou do poder local, como é o caso da Câmara Municipal de Braga”, assegurou.

Nesse sentido, o líder da coligação lamentou que a Câmara de Braga não adopte um papel mais activo e cooperante no apoio às várias IPSS do concelho. “A Autarquia não pode manter a mesma atitude que tem revelado até ao momento, que consiste unicamente em demitir-se da função de apoiar no que for possível estas instituições sociais, que desempenham um papel essencial nas comunidades onde estão inseridas. Esta é uma postura que prejudica gravemente as famílias que estão a passar por períodos complicados”, salientou. “Se neste caso a Câmara custeou os arranjos exteriores do Centro - política esta que não é seguida de forma uniforme em todo o Concelho - muito fica por fazer ao nível do apoio à elaboração de candidaturas e projectos, da criação de tarifários mais económicos em serviços públicos para estas instituições e no desenvolvimento de projectos que contribuam para a sustentabilidade e a cooperação entre as Instituições sociais”, defendeu ainda Ricardo Rio.

Como explicou Albano Sousa, o Centro Social de Cunha (ou, formalmente, a Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha) foi fundado em 1996 e tem hoje as valências de Lar, Centro de dia, Creche, ATL e apoio domiciliário, para lá do Gabinete de Atendimento Social. “As actuais instalações foram concluída em 2003, numa altura em que o Centro alargou os serviços sociais que disponibiliza à população”, declarou.

Falta de articulação nas redes sociais cria dificuldades às instituições

De acordo com Albano Sousa, a instituição segue uma “gestão rigorosa” que mitiga as “permanentes dificuldades financeiras”. Apesar de contar com a cooperação da Segurança Social, esses montantes recebidos são insuficientes para as despesas decorrentes do funcionamento do centro, que emprega actualmente 32 pessoas. “É extremamente complicado conseguirmos ter viabilidade económica, já que as receitas próprias são diminutas face ao meio em que nos encontramos e à política de responsabilidade social que procuramos prosseguir. Sendo este um meio empobrecido, não nos podemos esquecer que, na maior parte dos casos, as participações dos utentes são reduzidas ou até simbólicas”, lamentou.

O presidente do Centro Social e Paroquial de Cunha aproveitou a ocasião para enfatizar a urgência de uma



melhor articulação da Rede Social, em Braga, tal como em outros Concelhos. “O grande problema está na falta de planeamento na área social, o que leva a que se criem valências que não se justificam, ao mesmo tempo que não se rentabilizam e redimensionam os equipamentos já existentes”, expôs Albano Sousa, garantindo de seguida que esta ausência de planeamento - que origina a que surjam” várias entidades sociais concorrentes entre si” na mesma freguesia ou em freguesias próximas - torna os projectos “insustentáveis” e “inviáveis à nascença”.

Sobre este assunto, Ricardo Rio evidenciou que cabe à Câmara Municipal de Braga desempenhar esse papel regulador na Rede Social do concelho: “A autarquia deve procurar contribuir e criar estímulos para que haja uma distribuição territorial equilibrada das respostas sociais, bem como desenvolver projectos que requeiram a colaboração entre as instituições”.

A ampliação das instalações do Lar é um projecto que Albano Sousa e a sua equipa estão a tentar concretizar “Neste momento, temos idosos no Centro de Dia e a receber apoio domiciliário que precisam urgentemente de um espaço no Lar”, afirmou. Para o Presidente, a concretização desta obra no Lar é mesmo a única forma de garantir a sustentabilidade futura da instituição, porque o ATL e a Creche se encontram ameaçados face à evolução demográfica.

Os dirigentes do Centro aproveitaram ainda a ocasião para apresentar a Ricardo Rio um caderno de reivindicações relativo a aspectos que contendem com a legislação, a regulamentação e o financiamento das IPSS, que preocupam sobremaneira estes representantes e que esperam possam dar continuidade às iniciativas já introduzidas pelo actual ministro da Solidariedade e da Segurança Social.

Cabeceiras de Basto

PSD e CDS unem esforços para conquistar a Câmara Municipal



Os presidentes das comissões políticas concelhias do PPD/PSD e CDS/PP de Cabeceiras de Basto, Mário Leite e Feliciano Macedo, respectivamente, assinaram, no passado dia 25 de Janeiro, o protocolo que junta estas duas forças políticas numa única candidatura aos vários órgãos autárquicos (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e todas as Assembleias de Freguesia) nas eleições autárquicas de Outubro próximo.

Depois de serem apresentados os objectivos desta coligação, nomeadamente a conquista da Câmara Municipal, foi lido o protocolo acordado entre as duas forças políticas, que adopta o lema “Cabeceiras + Futuro”, tendo-se seguido a sua assinatura, na presença de militantes e simpatizantes das duas forças políticas.

Tanto Mário Leite como Feliciano Macedo realçaram o fácil entendimento entre os partidos que lideram, atribuindo tal facto à mesma visão do futuro que defendem para Cabeceiras de Basto, nomeadamente uma forte intervenção da autarquia para que sejam proporcionadas as condições que levem à criação de postos de trabalho, procurando satisfazer os anseios de muitos cabeceirenses que neste momento se encontram numa situação difícil e sem horizontes.

Mais emprego, mais apoio social, mais saúde, mais desenvolvimento, mais democracia, foram as expressões ouvidas e que orientam a candidatura da coligação liderada por Mário Leite.

PSD/Açores quer “ajuda alimentar para animais na ilha das Flores”

O PSD/Açores defende novos apoios para a alimentação animal na ilha das Flores, através “de um montante de que o governo regional deve implementar, pois 2012 foi um ano de condições climáticas adversas para os Açores, especialmente com chuvas fortes e constantes e, nesse contexto, as Flores foram extremamente afectadas”, disse o deputado Bruno Belo.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, dia 5, o social-democrata explica que se verificaram “quebras anormais de produção forrageira nas explorações agro-pecuárias” e que as condições adversas “persistiram ao longo do outono e do inverno”, pelo que, “face ao estado degradado das pastagens, os agricultores das Flores continuam a ter custos acrescidos decorrentes da aquisição complementar de alimentos para o efetivo pecuário das suas explorações”, adianta.

Bruno Belo lembra que a ilha das Flores “apresenta especificidades naturais, cujo clima influencia em muito a disponibilidade de alimentos”, e cita mesmo um boletim oficial sobre agricultura de Janeiro a Setembro, onde foi referido que “as culturas de milho-grão e milho-forragem apresentaram um aspecto vegetativo normal, com excepção da ilha das Flores, onde a sua sementeira foi mais tardia, sendo o seu desenvolvimento inferior ao normal para a época”, avança.

O deputado do PSD recorda também que a lagarta da pastagem “foi uma praga que em muito afectou a produção de pastagem na época alta, o que limitou fortemente o armazenamento de alimentos para serem utilizados na época baixa”, querendo saber junto à tutela se, “para além dos apoios que devem ser concedidos, há outras medidas previstas caso continuem as condições climáticas adversas”.



PSD/Açores quer explicações para cancelamento de bolsas de investigação



O PSD/Açores vai pedir a audição, com urgência, na Comissão parlamentar dos Assuntos Sociais, do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura para que seja explicado o súbito cancelamento de um número considerável de bolsas de formação avançada.

A Universidade dos Açores foi recentemente confrontada com a intenção do governo regional em cancelar metade dessas bolsas. Uma decisão ainda mais surpreendente quando se sabe que elas foram aprovadas muito recentemente.

O PSD/Açores recorda “nada fazer antever essa situação”, ainda para mais quando a atribuição de bolsas de formação avançada foi enaltecida diversas vezes pelos então Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e candidato do PS/Açores à presidência do Governo, como um exemplo das políticas públicas de apoio à actividade científica regional.

“É uma pena que o Partido Socialista, em vez de prometer apoiar a ciência, não tenha colocado no seu programa de Governo este corte de cinquenta por cento nas bolsas de formação avançada. Teria sido mais esclarecedor para os investigadores, que foram enganados, e também para os eleitores açorianos”, declarou o deputado social-democrata açoriano, António Ventura.

Para o PSD/Açores “não é legítimo o Governo Regional criar expectativas nos investigadores, anunciar num mês que vai apoiar projectos, assinar contratos e dois meses depois afirmar que mudou de ideias ou que deixou de ver validade onde antes reconhecia mérito”.

Além disso, “a decisão agora anunciada contraria tudo o que tem sido afirmado pelo Governo Regional sobre a Universidade dos Açores e sobre a necessidade de apoiar a investigação científica”.

Sector da saúde nos Açores “tem sido mal gerido”



O Grupo Parlamentar do PSD/Açores defende a concretização de diversas medidas de equilíbrio financeiro do Serviço Regional de Saúde (SRS), reiterando a denúncia de que o sector “tem sido muito mal gerido nos Açores” e que o anúncio de um reforço de 30 milhões no orçamento para 2013 “é insuficiente, para uma dívida que cresce 80 milhões por ano e para responsabilidades financeiras que já ultrapassam os 1000 milhões de euros”, disse o deputado Luís Maurício.

O social-democrata falava no encerramento das Jornadas Parlamentares realizadas em Angra do Heroísmo, onde foi feita uma reflexão sobre o sector da Saúde, afirmando

que “não deixaremos de denunciar as medidas erradas e insuficientes, como também não deixaremos que a imaturidade política de alguns dos nossos adversários turve o essencial das nossas intenções”, disse.

Luís Maurício vincou que o PSD/Açores não é influenciado “por reacções desproporcionadas e por alguns excessos discursivos. Porque que nos move é ajudar a resolver a situação aflitiva a que chegou a Saúde nos Açores, e apenas um saneamento financeiro poderá aliviar o pagamento de juros que, só por si, comprometem qualquer esforço de racionalização”, explicou.

O saneamento do SRS passa pelo estabelecimento “de um acordo financeiro com o Governo da República, sem qualquer perda de autonomia para a Região, ou seja, sem qualquer tipo de transferência de competências para a República”, adiantou, considerando que só assim será debelada “a dívida aos fornecedores de medicamentos e dispositivos médicos, que se encontram em grandes dificuldades e que já despediram colaboradores”, alertou.

“O não cumprimento do Governo Regional das suas obrigações perante os credores, está a colocar em causa postos de trabalho e a sobrevivência das próprias empresas”, afiançou Luís Maurício, numa intervenção feita “no pressuposto de também construir uma contribuição efectiva para o documento que o Governo Regional se comprometeu a apresentar no próximo mês de Fevereiro”, adiantou.

Para o PSD/Açores, urge cessar a acumulação da dívida, “através de um financiamento adequado do sector ano a ano”, manifestou Luís Maurício, lembrando que Tribunal de Contas “tem alertado repetidamente para esta questão e, só em 2011, assinalou que os três hospitais da região apresentavam resultados negativos de 87 milhões de euros”.



Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 373 • 9 de Setembro de 1981 • Preço 15\$00

PINTO BALSEMÃO NA POSSE DO VIII GOVERNO



O GOVERNO APRESENTA CONDIÇÕES REFORÇADAS PARA MUDAR PORTUGAL

“Em consonância com o projecto da AD cumpre alargar o conteúdo político do 25 de Novembro de 1975 à economia, mediante a consagração da liberdade de acção dos agentes económicos, sempre subordinados ao poder político” — esta uma das afirmações nucleares de Francisco Pinto Balsemão no importante discurso que produziu ao ser empossado na passada sexta-feira como Primeiro-Ministro do VIII Governo Constitucional. O novo Executivo que integra os três líderes da Aliança Democrática apresenta-se aos Portugueses como penhor de esperança renovada e do cumprimento firme, como Pinto Balsemão solenemente reafirmou, do projecto da AD. O chefe do Execu-

tivo asseverou a determinação do Governo em lançar-se na via das verdadeiras leis de reforma e de reconstrução económica, que permitam a consubstanciação das aspirações de maior bem-estar e maior segurança dos Portugueses.

Entretanto, ontem tomaram posse os restantes membros do Governo, cujo elenco definitivo está, portanto completo. Na próxima semana divulgaremos as biografias dos sociais-democratas que ontem foram empossados.

Pelo seu alto significado político e programático, publicamos seguidamente o texto integral do discurso de posse de Francisco Pinto Balsemão.

“Os portugueses têm direito, em todos os momentos da vida do Estado, a conhecer, na sua exacta amplitude, as razões justificativas das actuações daqueles que os governam. E o primeiro dever dos que cumprem um mandato representativo em seu nome é o de falarem uma linguagem de verdade, a única compatível com uma política também de verdade que defina e consolide o regime democrático.

Por isso, quero, neste ensejo, esclarecer o alcance da sucessão governamental que hoje se opera, após a cessação de funções do anterior executivo, resultante do pedido de exoneração que entendi oportunamente apresentar ao senhor Presidente da República.

Não se encontrava então em causa o programa desse

(Continua na pág. 2)



**NO PRÓXIMO
DOMINGO
ELEIÇÕES
PARA
A CÂMARA
DE VALPAÇOS**

(PÁG. 11)

Comissão Executiva para a construção do monumento a Sá Carneiro

Está já constituída a Comissão Executiva para a construção, em Lisboa, do monumento a Francisco Sá Carneiro, iniciativa do jornal “O DIA” que ultrapassou os quatro mil contos em donativos, muitos deles de gente humilde que não esquece a figura ímpar do social-democrata e do estadista que foi um dos maiores lutadores pela liberdade do Povo português.

A Comissão Executiva tem a seguinte constituição: em representação do jornal “O DIA”, e como presidente, João Cordeiro Pereira, jornalista e professor universitário, que foi adjunto de Sá Carneiro no VI Governo Constitucional; pelo Partido Social Democrata, Fernando do Amaral, vice-presidente do PSD e ministro de Estado, e António San-de-Lemos, presidente do Conselho Nacional de Jurisdição; pela Câmara Municipal de Lisboa, o arquitecto Eduardo Bairrada.

A Comissão Executiva vai efectuar dentro de dias a sua primeira reunião, em que serão debatidos os problemas da localização do monumento e as soluções a adoptar para o respectivo concurso público.

ALENTEJO: ANO DE SECA

**Não houve
falta de água
nos concelhos
“laranja”**

(PÁG. 16)



O desafio da floresta

Jaime Quesado (*)

Apesar das promessas do discurso oficial, continua a não haver uma verdadeira Estratégia para a Floresta. As indústrias de base florestal (pinheiro, eucalipto e sobreiro) representam já hoje um dos desafios mais acabados de reinvenção da Economia Nacional, tendo para esse efeito sido constituído o respectivo Pólo de Competitividade e Tecnologia, que envolve os diferentes actores deste vasto sector. Reinventar a Fileira Florestal é assim em grande medida dar um sinal positivo de confiança no futuro.

As indústrias de base florestal (traduzidas pelas indústrias de cortiça, pasta e papel e madeira e mobiliário) atravessam um processo de profunda renovação, directamente apoiado no aumento da cooperação entre empresas, organizações, universidades e entidades públicas, com vista ao aumento do respectivo volume de negócios, das exportações e do emprego qualificado. Mais globalmente, e tendo por base os princípios da Cadeia de Valor de Michael Porter, definiu-se de forma clara um objectivo de tornar os produtos e serviços associados à fileira florestal globalmente mais competitivos e com uma forte de inovação aberta em constante processos de consolidação activa.

A Reinvenção da Fileira Florestal é um processo activo que assenta muito na capacidade de criar Valor a partir de Novos Projectos Estratégicos. De destacar, neste contexto, a sequenciação dos genomas do sobreiro e do pinheiro, a melhoria do material genético para a renovação da floresta portuguesa e redução dos factores de risco biótico e abiótico (tratamento e selecção de sementes), a criação de um "Carbon Footprint Label" (um rótulo com a pegada do carbono) para os produtos de base florestal, a criação de um Observatório dos Recursos Florestais destinado a fornecer à indústria e aos principais stakeholders (influenciadores / beneficiários) da fileira florestal informação sobre o balanço das disponibilidades dos recursos florestais.

A intensificação do esforço de comunicação, a nível internacional, divulgando as vantagens dos produtos florestais e procurando tirar vantagens competitivas desse esforço de divulgação é também um instrumento importante para a dinamização das Competências de uma Nova Economia. Neste contexto, a qualificação dos Recursos Humanos ligados às diferentes Indústrias da Fileira constitui-se também como outro passo fundamental para a renovação da Cadeia de Valor da Fileira, fazendo da Inovação e Criatividade os verdadeiros "drivers" de mudança estratégica competitiva de um dos mais importantes Sectores Estratégicos da Economia Nacional.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Terapia de choque

João Pereira Coutinho (*)

Ler a prosa política nacional é um prazer impagável. Porque todos os casos, a começar pelos mais simples, são sempre embrulhados em teorias de uma complexidade que deixaria Einstein a tremer.

Veja-se a novela António Costa: como explicar que o príncipe do PS não tenha avançado heroicamente contra Seguro na última comissão política? Os plumitivos desataram a espremer as meninges e, de todas as explicações, não querem acreditar na mais óbvia: o país 'real', sem falar do país 'socialista', não se confunde com a imprensa hagiográfica (e lisboeta) que pretende canonizar o homem ainda em vida. No país 'real', Costa é ninguém. E, no país 'socialista', Costa é execrado por um aparelho que pertence, quase por inteiro, ao Tozé. A comissão política foi um choque de realidade para quem se julgava muito acima do baixo mundo partidário. Azar: sem esse mundo, entrar de peito feito no Rato é sair dele como um.

(*) Colunista © CM



Eu não percebo nada de Economia, mas...

João César das Neves (*)

"Eu não percebo nada de economia, mas..." Esta é a frase mais ouvida hoje em Portugal. O mais curioso é que, logo após a admissão de ignorância, quem a faz costuma apresentar um conjunto de afirmações cortantes e taxativas, que defende com unhas e dentes sem hesitação. Afinal aquilo que não sabe chega e sobra para ser conclusivo e incontestável. Este comportamento paradoxal merece análise.

Parte é perfeitamente compreensível e justificada. Muitos de nós também não percebemos de medicina mas não estamos dispostos a aceitar tudo aquilo que os tratamentos nos querem impor. Uma coisa é a recomendação técnica, outra a nossa vidinha que a tem de suportar. Curas dolorosas são fáceis de recomendar aos outros, mas difíceis de engolir.

Apesar disso, admitimos que os médicos é que sabem. Mesmo quando não lhe ligamos, reconhecemos-lhe autoridade. De médico e de louco todos temos um pouco, mas poucos se atreveriam a apresentar e discutir com especialistas as terapêuticas e teorias de leigo que inventaram no duche. Na economia, porém, isso é habitual. Porque será?

Primeiro porque a economia, afinal, parece ser uma ciência rudimentar, como a própria crise manifesta. Tantos estudos e teorias e afinal estamos na miséria. Mas serão os economistas culpados? Afinal o País ignorou os sucessivos avisos que eles fizeram durante décadas. Além disso não nos passa pela cabeça acusar os meteorologistas pelo recente furacão ou os médicos pela morte do doente. A razão é que se compreende que clima e corpo humano são sistemas complexos e difíceis de controlar, mas não se entende que empresas e mercados são sistemas ainda mais complexos e difíceis de controlar. Dez milhões de pessoas, cada uma a puxar pelo seu lado e a tentar melhorar a vida, é algo indescritível, enigmático e insubordinável.

Apesar disso, a economia, como meteorologia e medicina, conseguiu avanços espantosos. Não só a recessão é muito menor do que se esperava e do que costumava ser há cem anos, mas o nível de vida que temos, mesmo com crise, é muito superior ao que se podia imaginar há uns anos. Só que ninguém dá valor a isto, dado as coisas estarem pior do que deviam ser. Todos se acham com direito a uma economia próspera e não vêem que isso é tão tolo como exigir um dia de sol ou uma vida longa e saudável.

Outra razão para a desconfiança é alegadamente os economistas estarem sempre em desacordo, sem se entenderem na cacofonia de opiniões. Existe realmente muita discussão, natural em assuntos complexos e difíceis de controlar. Só que o público respeita as polémicas médicas e meteorológicas mas, não só leva a mal os debates económicos, como ainda os empola. Porque as fortes controvérsias na economia não são em assuntos simples e claros, como a recessão portuguesa. Aí a generalidade dos economistas está de acordo e não existem muitas dúvidas acerca do caminho a seguir, para lá de variantes no detalhe.

Isso ficou evidente há um ano, quando no final de Fevereiro de 2012 o prémio Nobel Paul Krugman, professor em Princeton, visitou Portugal. Apesar de bem conhecido pelas suas posições polémicas, desabridas e keynesianas extremas, face à nossa realidade, desiluiu os críticos, concordando com as propostas da troika e a política seguida: "Detesto dizê-lo, mas não faria muito diferente do Governo português" (Público 29/02/2012).

Se é assim, como podem os nossos jornais e televisões estar cheios do que parecem ser as maiores discussões entre eminentes economistas? Bem, isso não é debate económico, mas outra coisa, que é fácil de entender para quem analisa a doença portuguesa. Para sairmos da crise temos de reduzir fortemente os gastos insustentáveis que beneficiavam muitos grupos e interesses dos vários sectores da sociedade. Naturalmente que, perante esses cortes, as vítimas não estão de acordo e movem todas as suas influências. Muitas mascaram os argumentos de teoremas científicos. Assim, embora travado com termos económicos, o debate é realmente político. Ora eu não percebo nada de política, mas...

(*) Professor Universitário, Economista ©DN, naohalmocosgratis@ucp.pt



A dúvida e o método

Fernando Seara (*)

A agenda política nacional vai começar a ser dominada pelas próximas eleições autárquicas, as quais se realizarão num ambiente pontuado pelas dificuldades económicas e financeiras inerentes à actual situação de assistência financeira em que o nosso país se encontra, com o natural melindre resultante para uma certa estabilidade na relação estabelecida entre a população e os seus representantes.

Sabemos bem, como Alain, que “a dúvida é o sal do espírito e que sem uma pitada de dúvida todos os conhecimentos em breve apodreciam”. E não ignoramos Nietzsche quando nos recorda que “os métodos são as verdadeiras riquezas”. Tenho consciência após este conjunto de anos de mandato autárquico em Sintra que o novo enquadramento normativo deveria ser, por mim mesmo, analisado. E com cuidado. É que tal contexto reclama uma particular atenção por parte dos decisores e titulares dos órgãos de soberania, de modo que ao mesmo não venham a crescer questiúnculas e demandas que está nas suas mãos evitar, de modo a não perturbar, ainda mais, a decisão dos eleitores, a qual se pretende absolutamente livre, esclarecida e não inquinada por temáticas de feição jurídico-constitucional. Acresce que tenho escutado vozes que só agora se “deram conta” da lei de limitação de mandatos e outras que, por conveniência táctica, preferem o “silêncio”, mesmo que interpretativo, para uma conjuntural opção política.

Na verdade, importa ter em devida linha de conta as dúvidas que têm vindo a ser levantadas a propósito da aplicação do artigo 1.º da Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, do qual resultou a introdução de limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

A interpretação daquele normativo tem vindo a separar opiniões, as quais podem ser alinhadas em duas linhas de raciocínio diametralmente opostas, se bem que passíveis de posições diferenciadas dentro da matriz proporcionada por cada uma delas.

Assim, as posições que têm vindo a lume dividem-se entre a tese da limitação absoluta de mandatos, que aponta para uma limitação decorrente do exercício do cargo, independentemente da autarquia a que o autarca venha a candidatar-se, e a tese da limitação relativa, que propugna uma aplicação (menos restritiva) da referida limitação unicamente por referência ao órgão executivo da mesma autarquia onde já tenham sido cumpridos três mandatos consecutivos.

A querela em apreço, atendendo ao que já ficou aduzido, merece bem um pouco da atenção de todos nós, nomeadamente no que respeita ao elenco da argumentação que poderá fundamentar as posições em contenda.

Vejamos, pois.

A tese da limitação absoluta tem vindo a louvar-se na seguinte argumentação:

- o elemento teleológico da lei reside na intenção de renovar os quadros políticos autárquicos, pelo que a limitação de mandatos, ao não ter sido formulada em termos literalmente mais precisos, deverá ser tida como reportada ao todo nacional, só assim se atingindo tal objectivo;

o n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 46/2005 encerra uma estatuição que só se compagina com a aplicabilidade genérica da limitação de mandatos, já que refere “o presidente de Câmara... e o presidente de junta...” (negritos nossos), o que, em termos meramente literais, poderá veicular a argumentação de que não é de todo relevante qual o órgão executivo autárquico em que ocorreu o exercício dos três mandatos consecutivos;

- será de aplicar o princípio segundo o qual “onde a lei não distingue, não deve o intérprete distinguir”, sendo que o legislador nada refere quanto à identificação em concreto das autarquias em cujos órgãos executivos tenham sido cumpridos os três mandatos consecutivos, o que permitirá concluir que pretendeu abranger na estatuição em apreço todas as situações materiais decorrentes de um tal exercício.

Por seu turno, a tese da limitação relativa, isto é, a que aponta para a aplicação da limitação de mandatos unicamente por referência ao órgão executivo da mesma autarquia onde foram cumpridos os três mandatos consecutivos, pode ser “degradada” em diversos segmentos (constituindo mesmo o reverso e a antítese da argumentação acima reproduzida) e encontra respaldo na seguinte fundamentação:

- se a estatuição legal em causa é suficientemente “dúctil” para comportar uma interpretação mais abrangente, a ponto de sustentar a aplicabilidade da limitação a todos os casos de exercício de três mandatos consecutivos enquanto presidente de órgão executivo, a par de uma outra interpretação menos restritiva e flexível, então a única interpretação conforme à Constituição da República é a que apenas imputa uma tal limitação aos casos de titularidade reportada ao mesmo órgão executivo da mesma autarquia.

Até porque não será viável proceder a uma interpretação extensiva (ou não absoluta e directamente decorrente da letra da lei) quando está em causa a limitação de um direito fundamental: o de eleger e ser eleito.

A este propósito, urge ter em devida linha de conta que o n.º 3 do artigo 50.º da CRP dispõe que “... no acesso a cargos electivos, a lei só pode estabelecer as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores e a isenção e independência do exercício dos respectivos cargos” (negrito nosso).

De igual modo, a argumentação subjacente à tese da limitação absoluta também encerra a fundamentação conducente a algumas outras conclusões manifestamente antitéticas e inaceitáveis, designadamente porque:

- a renovação dos quadros políticos não pode ser realizada à custa da limitação de mandatos por referência ao todo autárquico nacional, porquanto um tal desiderato incumbe ao sistema político-partidário - base essencial do Estado de direito democrático para alguns distraídos que não ignorantes - e não ao sistema jurídico-institucional-eleitoral, quando é certo que a motivação que deve ser considerada como estando na origem da limitação de mandatos resulta da preocupação em assegurar a não existência de situações de perpetuação do poder e de criação de clientelas dentro de cada autarquia local, o que é cabalmente conseguido se a limitação se circunscrever apenas a cada autarquia, sendo exagerado estender a mesma ao todo nacional, sob pena da violação dos princípios da adequação e da proporcionalidade, assim como da violação do direito à participação na vida pública e do exercício de cargos políticos.

Acresce que o sistema jurídico-constitucional português, apesar de se encontrar estruturado em função da ideia de Estado unitário, impõe igualmente a efectiva existência de outras pessoas coletivas de população e território (as regiões autónomas e as autarquias locais) e o primado da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática.

Destarte, cada autarquia local, e não ao somatório das mesmas, corresponde à prossecução das atribuições que legal e constitucionalmente lhe estão cometidas, as quais visam a satisfação das necessidades coletivas da respectiva população. O que vale por dizer que qualquer interpretação que aponte para uma lógica diferente da natureza unitária de cada uma das autarquias sempre importará numa evidente preterição das opções há muito assumidas pelo Poder Constituinte. Na certeza de que sempre depararíamos com a seguinte interrogação: será lógico defender que a lei impõe a limitação de mandatos por referência ao exercício da presidência de órgão executivo ainda que em autarquias diferentes (isto é, e em termos coloquiais, o presidente da CM de Melgaço não pode ser eleito presidente da CM de Vila do Bispo), continuando a permitir, do mesmo passo, que alguém que tenha sido vice-presidente de câmara por mais de três mandatos consecutivos possa vir a ser eleito presidente dessa mesma câmara? Certamente que não. E certamente que aquilo que o legislador pretendeu acautelar foi que o presidente do órgão executivo de uma autarquia, que tenha exercido tal cargo por três mandatos consecutivos, não venha a exercer essas mesmas funções na mesma autarquia.

A levar-se até ao seu limite os argumentos da tese da limitação absoluta, obteríamos uma outra conclusão que ainda não foi esgrimida por ninguém, a saber: um presidente de câmara com mais de três mandatos consecutivos também não poderá vir a ser presidente de uma junta de freguesia (e vice-versa).

Será uma tal conclusão lícita ou curial?

Também aqui a resposta não poderá deixar de ser negativa, mormente à luz do disposto na Lei Fundamental, atenta a injustificada compressão de direitos que uma tal interpretação sempre implicaria.

Por fim, e em termos meramente adicionais, urge atentar no próprio n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 46/2005, onde se dispõe que “no caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos referidos nos números anteriores não podem candidatar-se nas eleições imediatas nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequentes à renúncia”.

Ora, não concebemos que a renúncia imponha uma limitação superior à que já resulta dos n.º 1 e n.º 2 do mesmo artigo, sendo que o seu n.º 3 visará evitar que por via da renúncia os eleitos ficassem eximidos do cumprimento das regras de limitação de mandatos.

Logo, e segundo uma acepção meramente literal (a exemplo do que fundamenta o segundo argumento da tese da limitação absoluta), o n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 46/2005 estará pensado para as eleições no âmbito da mesma autarquia, já que só no caso de uma renúncia eventualmente acompanhada da impossibilidade de preenchimento da vaga de presidente é que haverá lugar à realização de eleições destinadas a eleger a câmara que irá completar o mandato da anterior (ex-VI do artigo 59.º da Lei n.º 169/99, de 18 Setembro), o que vale por dizer que aquele preceito visa unicamente regular as situações reportadas à mesma autarquia, tendo assim como esteio material os restantes números do mesmo artigo 1.º, aos quais deve ser conferida idêntica interpretação.

Como resulta do que ficou enumerado, estamos entre os que defendem a tese da limitação relativa, não por quaisquer razões de índole política e pessoal, mas unicamente porque só ela encerra e veicula a adequada interpretação da lei à luz dos princípios constitucionalmente consagrados. E foi esta convicção - na dúvida e com este método - que me levou a considerar que “a lei dita impeditiva” (para alguns) não poderia limitar, em absoluto, a minha efectiva disponibilidade para liderar uma candidatura, em coerente e consciente coligação partidária, que hoje mesmo se concretiza, à principal câmara de Portugal, à Câmara Municipal de Lisboa.

(*) Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Reformar o Estado

Luís Marques Mendes (*)

1- "Acham que o primeiro-ministro está mesmo interessado em reformar o Estado? O seu único objectivo é destruir o Estado social. Na altura em que os portugueses mais precisam de Estado, o primeiro-ministro prepara-se para dar uma talhada de quatro mil milhões." Estas acusações, feitas por António José Seguro, exibem-nos uma das piores faces da política – a face da demagogia mais empedernida. Há várias formas de criticar o Governo e algumas até fazem sentido. O que já não cabe na inteligência de ninguém são críticas tão básicas como estas. Goste-se ou não do primeiro-ministro, alguém acredita que o seu objectivo é fazer mal às pessoas? Sabendo-se que não há político que não goste de agradar aos eleitores, alguém acredita que Passos Coelho é um monstro que tem prazer em maltratar os seus concidadãos? Faça-se oposição, sim, mas como deve ser. Usando a crítica construtiva mas não abusando da demagogia destrutiva.

2 - Pode-se discutir o momento, a forma e a profundidade dos cortes a fazer na despesa do Estado. E espera-se que eles sejam feitos com bom senso e sensibilidade social. Mas o que não se pode é contestar o princípio. Os factos são indelmentáveis. Primeiro, um Estado que consome metade da riqueza nacional não favorece o crescimento. Pelo contrário, impede-o. A prova aí está: na primeira década deste século, a despesa do Estado cresceu 70% (passou de 52 para 88 milhões de euros) e, apesar disso, a economia estagnou (cresceu uns míseros 0,4%). Segundo, um país que tem uma carga fiscal como a nossa não consegue gerar investimento e criar emprego. Porém, só é possível baixar impostos reduzindo as despesas do Estado. Pretender o melhor dos dois mundos – impostos baixos e despesas altas –, só no discurso de aprendizes de feiticeiro. Finalmente, quem tem a coragem de cortar na despesa do Estado devia merecer um pouco mais de respeito. Afinal, está a fazer o que tem de ser feito, está a fazer o que outros no passado deviam ter feito e não fizeram e está a fazê-lo com um custo político não despendido. Sabendo-se que nenhum governante gosta de perder votos e ser impopular, só esta atitude de coragem já deveria exigir uma oposição mais sólida e menos demagógica.

(*) **Conselheiro de Estado , ex-Presidente do PSD**



Os Bourbons

Pedro Lomba (*)

Os socialistas da chamada família socrática, em transumância desde que José Sócrates perdeu as eleições, não gostam de António José Seguro.

Vai daí, e porque os partidos atizam estes comportamentos tribais, uniram-se em torno de António Costa, à espera de o ver quanto antes na liderança do PS. Os socráticos presumem que Costa é a única forma que lhes resta para sobreviverem com algum peso, preservando com isso as vestes do seu etéreo passado. Ora, a relação com o passado é precisamente a difícil questão que António Costa tem para resolver. Se o conseguirá no futuro, não sei. Sei que não o consegue agora. Costa não ignora que as suas hipóteses diminuem se ele for usado, como está a ser, como peão de uma estratégia de "resocratização" do PS.

Quase dois anos depois, o socratismo mexe-se. Interessa perceber como. Sócrates perdeu as eleições em Junho de 2011, saiu desacreditado e deixou o país "in extremis" sob tutela estrangeira. Mas o socratismo já não depende hoje da presença do antigo líder. Tornou-se uma espécie de entidade não personificada. Estamos a falar de muita gente na política e à volta dela que quer acima de tudo ajustar contas com o passado, com as instituições e até com o povo que, desgraça, não lhes fez a justiça devida.

Na História, estes momentos de revanchismo definem uma espécie sombria de perdedores que, de facto, nunca aceitaram por que perderam. Por eles, não perderam de todo. Os Bourbons da corte de Carlos II em 1660 ou de Luís XVIII em 1815, por exemplo. Quando regressaram ao poder, não estavam propriamente interessados em governar. Queriam vingar-se dos que se tinham desviado do caminho certo, dos que tinham matado o rei. Queriam vingar-se das instituições, mesmo que para isso tivessem que fazer tábua rasa do passado e punir uma parte dos ingleses e franceses. A Restauração acabou por ser um regresso fugaz.

No nosso Portugal de 2013, esta família de órfãos sonha avidamente em vingar-se das instituições, dos políticos, dos eleitores, de uma sociedade que os rejeitou, porque foi essa mesma sociedade, as suas instituições e eleitores que aqui liquidaram o "rei".

Os socráticos acreditam que foram derrotados, não por incompetência própria, não porque foram democraticamente rejeitados nas urnas, mas por uma conspiração tentacular que juntou Passos Coelho, Cavaco Silva, Pacheco Pereira, José Manuel Fernandes, os mercados, os juízes de Aveiro, Ângela Merkel, Olli Rehn, o Banco Central Europeu, alguns jornais e jornalistas, alguns banqueiros e empresários. Acham-se vítimas desta gente toda. Daí a raiva completamente anormal e desproporcionada que têm contra estas e outras personagens - pensem em Soares dos Santos.

Claro que nos europeus, em Merkel, nos funcionários troikistas, eles não podem tocar. Mas, cá dentro, esperam poder ser "Os Bourbons". Por isso, quando acusam António José Seguro de moleza na oposição, ou de não ter absorvido o passado como devia, a família revela os seus instintos. Achando-se genuinamente prejudicados por uma conjura, querem um chefe que não se coíba e não rompa o cordão umbilical. Seguro não serve para esse papel. António Costa, pensam eles, pode servir. Mas este, compreensivelmente, retrai-se.

(*) - **Jurista, cronista** ©Público



"Tó Zé, tu pôr ordem na minha desordem, pá..."

João Miguel Tavares (*)

Deixem cá ver se eu percebo: António Costa disse que apenas se candidataria a secretário-geral do PS se António José Seguro não conseguisse unir o partido que está desunido porque acredita que António Costa seria melhor secretário-geral do PS do que António José Seguro. É isso? Percebi bem? É que estas guerras internas do Partido Socialista não são nada fáceis de compreender, parecem um daqueles paradoxos gregos.

Imaginemos, para esclarecer melhor a questão, que Costa e Seguro são dois lutadores num ringue de boxe. Costa diz então a Seguro: "Eu prometo que só te dou um murro se tu conseguires parar os murros que eu te estou a dar." Lá está, é definitivamente um paradoxo. Só que não é grego – é 100% lusitano, porque vem acrescido de uma dose razoável de chico-espertice e de pequenos jogos palacianos, que António Costa, como homem possivelmente demasiado inteligente, aprecia muito.

O que aconteceu, estava capaz de apostar, foi isto: Costa foi empurrado pelos socratistas para se chegar à frente, sem antes ter sido consultado. Sendo Costa costista e não socratista, não quis ficar refém de timings alheios, e por isso não avançou. Mas sendo Costa costista e não segurista, também não quis deixar de marcar o seu terreno, e por isso marcou. Só que, nestas coisas da política, passar a vida a fazer tangentes é um exercício arriscado. E o resultado desta geometria manhosa foi um compromisso mal-enjorcado em que Costa mais parece o baby-sitter de Seguro, prometendo que irá tentar evitar dar-lhe tautau se ele se portar bem até ao próximo dia 10, quando se realizar a próxima Comissão Nacional. Consta que Passos Coelho ainda não parou de rir.

(*) **Jornalista**, © jmtavares@cmjornal.pt

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Alcochete, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2012
- 3 - Eleições Autárquicas 2013

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Carrazeda de Ansiães, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2013, (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, nº 823-2º frente, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Autárquicas 2013 / Proposta de candidatura à Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe para reunir, no próximo dia 15 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Parecer sobre a proposta da Comissão Política sobre a indicação do candidato à Câmara Municipal de Fafe, nos termos do Art. 53 Ponto 2, alínea f) dos Estatutos do PSD
- 2 – Aprovação das contas do exercício de 2012
- 3 - Outros assuntos de interesse.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Faro, para reunir, no próximo dia 15 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Vasco da Gama, 54 – 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação das contas da Secção de Faro referentes ao exercício de 2012
- 2 - Outros assuntos

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2013 (sábado), pelas 18h00, no Auditório Municipal de Olhão, sito na Rua Diogo de Mendonça Côte-Real (frente à antiga Lota do Peixe), em Olhão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Ratificação das Contas da Comissão Política Distrital de Faro, relativas ao exercício de 2012, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do Partido;
- 2 - Ratificação das Contas do PSD do distrito de Faro, consolidadas, relativas ao exercício de 2012, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do Partido;
- 3 - Outros assuntos.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Golegã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua D. Afonso Henriques, nº 53, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Discussão e aprovação do relatório e contas referentes a 2012
- 2 – Análise da situação política nacional
- 3 – Análise da situação política local
- 4 - Eleições Autárquicas 2013

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, no Espaço Eurogestão, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política actual
- 2 - Aprovação do relatório e contas de 2012
- 3- Aprovação da proposta de orçamento para 2013;
- 4- Autárquicas 2013 - emissão de parecer sobre o nome do candidato à Câmara Municipal de Lamego, nos termos do disposto na al. f) do art. 53.º dos Estatutos do PSD
- 5 - Outros assuntos.

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Miranda do Corvo para reunir no próximo dia 13 de Março de 2013, (quarta-feira), pelas 18h00, na sede sita na – Rua Belisário Pimenta Lote 1 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 - 2 – Eleição da Comissão Política de Secção.
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 18H30 às 20H30.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo para reunir, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2013 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede sita na Praça da República, nº 12, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Apresentação discussão e aprovação das contas da Secção do Montijo no ano 2012

PONTE DE SÔR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Sôr, para reunir, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2013 (sábado), pelas 18h00, na sede sita na Rua João de Deus, 18 – 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Parecer sobre candidatos aos órgãos às Eleições Autárquicas 2013

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir, no próximo dia 08 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 – Autárquicas 2013 – proposta de candidatura à Câmara Municipal de Portalegre
- 3 - Outros assuntos.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Comba Dão, para reunir,

no próximo dia 15 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Gago Coutinho, nº 12 – r/c, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 – Análise da situação política local
- 3 – Processo Eleitoral Autárquico – Parecer nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD
- 4 – Aprovação das contas de 2012 e orçamento de 2013
- 5 - Outros assuntos.

SÉ/SÃO NICOLAU - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Sé / São Nicolau - Porto, para reunir no próximo dia 11 de Março de 2013, (segunda-feira) pelas 19h00 na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte

Ordem se trabalhos:

- Ponto único - Eleição da Comissão política de Núcleo
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 19h00 às 21h00

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Seia, para reunir, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2013 (sábado), pelas 21h00, no Hotel Eurosol Camelo (sala Licínio Cunha), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação do relatório de contas do ano de 2012
- 2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua da República, 20 -1º Esq. - Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes ao ano de 2012
- 3 – Apresentação e aprovação dos cabeças de lista do PSD às eleições autárquicas 2013/2017

TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Tabuaço, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Fevereiro de 2013 (sábado), pelas 21h00, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação das contas de 2012 e o orçamento de 2013
- 2 – Análise da situação política local e nacional
- 3 – Outros assuntos.

TORRE DE MONCORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torre de Moncorvo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013, (sexta-feira), pelas 20h30, no Polivalente da Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Discussão, deliberação ou ratificação das candidaturas às eleições autárquicas de 2013
- 2 – Outros assuntos

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 01 de Março de 2013 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Rua 9 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Aprovação das contas de 2012

- 2 - Análise da situação política Local e Nacional
- 3 - Outros assuntos

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Fevereiro de 2013 (quarta-feira), pelas 21h30, no Solar dos Peixotos (Ed. da Assembleia Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Eleições Autárquicas 2013
- 4 - Outros assuntos.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela - Distrito de Braga -, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2013 (Sexta-Feira) pelas 21h00, na Rua Fonseca e Castro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Ratificação da decisão da Comissão Política, sobre a candidatura à Câmara Municipal de Vizela;
- 3 - Outros assuntos de interesse.

SANTARÉM / DISTRICTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir, no próximo dia 01 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, no Foyer do Cine - Teatro de Benavente, sito na Praça da República - Benavente, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise, discussão e votação das contas distritais de 2012
- 2 - Análise da situação

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Valongo para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Ermesinde, sito na Rua D. António Ferreira Gomes, nº 365, na cidade de Ermesinde, com a seguinte Ordem de trabalhos

1 - Informações;

2 - Aprovação das contas da Secção relativas ao ano de 2012, conforme alínea d) do n.º2 do art.º 53º dos Estatutos do PSD;

3- Aprovação do Orçamento da Secção para o ano de 2013, conforme alínea d) do n.º2 do art.º 53º dos Estatutos do PSD;

4 - Eleições Autárquicas 2013- Parecer, nos termos da alínea f) do n.º2 do art.º 53º dos Estatutos do PSD;

5 - Análise da Situação Política



CONSELHO REGIONAL DA JSD PORTO

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Regionais, convoca-se o Conselho Regional da JSD Porto, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro, pelas 21.30 horas, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, sito na Rua Rainha D. Leonor, n.º 123 - 4480-247 Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política nacional.

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da sec-

ção da JSD/Carrazedada de Ansiães, a reunir no próximo dia 23 de Março de 2013, pelas 18:00H, sito na rua Luís de Camões 823 2º Frente Carrazeda de Ansiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18:00H e as 20:00H.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Lourinhã, para reunirem no dia 2 de Março de 2013, pelas 17h30, na Sede Concelhia da Lourinhã, que sita na Rua Adelino Amaro da Costa, lote 27, cave A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013
- 2 - Cotas/Militantes
- 3 - Acções e Actividades 2013
- 4 - Outros assuntos.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Anadia para reunir no próximo dia 16 de Fevereiro de 2013, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários de Anadia, Edifício Complexo das Fontes, Bloco 1 - 1.º Andar - Sala B, com a

seguinte ordem de trabalhos:

Apresentação e apreciação da candidatura de José Manuel Ribeiro às próximas eleições autárquicas.

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Concelhia da JSD de Ourém, para reunir no próximo dia 9 de Março de 2013, pelas 18h30m, na Sede da JSD/Ourém, sita na Rua Dr. Carlos Vaz Faria e Almeida, n.º 30, 1.º, Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apresentação da(s) Lista(s);

2 - Eleição da Comissão Política de Concelhia e Mesa do Plenário;

3 - Tomada de Posse dos novos Órgãos de Concelhia. Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas de voto estarão abertas das 19h00m às 21 horas.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Vila Franca de Xira, pra reunir no próximo dia 9 de Março de 2013, pelas 18 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua da Praia, n.º 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 22 horas.

As listas candidatas ao acto eleitoral deverão ser entregues na morada acima indicada ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Vila Franca de Xira ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



CIRCULAR 01 - 05.02

Em virtude do País se encontrar convocado para as Eleições Autárquicas que decorrerão em Outubro, e em face da Juventude Social-Democrata se encontrar mobilizada para o referido ato eleitoral, acordaram a Mesa do Congresso Nacional e a Comissão Política Nacional da JSD, informar os núcleos, concelhias e regionais do seguinte:

Atendendo à importância que encerra para o futuro do País as Eleições Autárquicas, sugerem os supra mencionados órgãos nacionais que não se convoquem eleições para quaisquer órgãos da Juventude Social-Democrata desde a presente data até final do período eleitoral das Eleições Autárquicas de 2013.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral da JSD

A Presidente da Mesa do Congresso